



MINISTÉRIO DA DEFESA
ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS
FUNDO DO SERVIÇO MILITAR

Relatório de Gestão do exercício de 2014

BRASÍLIA - 2015



**MINISTÉRIO DA DEFESA
ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS
FUNDO DO SERVIÇO MILITAR**

Relatório de Gestão do exercício de 2014

Relatório de Gestão do exercício de 2014 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do art.70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 134/2013, da Portaria do TCU nº 90/2014, da DN nº 140/2014 e das orientações do órgão de controle interno.

Unidade Jurisdicionada: Fundo do Serviço Militar

BRASÍLIA – 2015

LISTA DE SIGLAS

SIGLAS

- BB: Banco do Brasil
- BOL NEC: Boletim de Necessidades
- CEF: Caixa Econômica Federal
- CHELOG: Chefia de Logística
- CI/CDI: Certificado de Isenção / Certificado de Dispensa de Incorporação
- COMAR: Comando Aéreo Regional
- CS/CSFA: Comissão de Seleção / Comissão de Seleção de Forças Armadas
- CSF: Comissão de Seleção Fixa
- CSV: Comissão de Seleção Volante
- COLIC: Coordenação de Licitação
- DEORF: Departamento de Planejamento, Orçamento e Finanças
- DEADI: Departamento de Administração Interna
- DFM: Diretoria de Finanças da Marinha
- DGOM: Diretoria de Gestão Orçamentária da Marinha
- DISEMI: Divisão de Serviço Militar
- DIRAP: Diretoria de Administração do Pessoal
- DN: Distrito Naval
- DPMM: Diretoria de Pessoal Militar da Marinha
- DSM: Diretoria de Serviço Militar
- ECT: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
- EMCFA: Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas
- EXAR: Exercício da Apresentação da Reserva
- FSM: Fundo do Serviço Militar
- JSM: Junta de Serviço Militar
- LSM: Lei de Serviço Militar
- MFDV: Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários
- MD: Ministério da Defesa
- ODC: Outras Despesas de Capital
- OFOR: Órgãos de Formação da Reserva
- OSM: Órgãos de Serviço Militar
- PGC: Plano Geral de Convocação
- RLSM: Regulamento da Lei de Serviço Militar
- RM: Região Militar
- SECMIL: Seção de Coordenação da Mobilização Militar
- SECMOB: Seção de Mobilização Nacional
- SEF: Secretaria de Economia e Finanças
- SEFA: Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica
- SERMOB: Sistema Eletrônico de Recrutamento Militar e Mobilização
- SESMIL: Seção de Serviço Militar
- SM: Serviço Militar
- SRD: Serviço de Recrutamento Distrital
- SUBAPS: Subchefia de Apoio a Sistemas de Cartografia, de Logística e de Mobilização
- SUBMOB: Subchefia de Mobilização
- SUBILOG: Subchefia de Integração Logística

LISTA DE QUADROS

Quadro A.1.1.1	Identificação da UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL	2
Quadro A.3.2	Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ.....	4
Quadro A.5.2.1	Objetivo fixado pelo PPA.....	8
Quadro A.5.2.2	Ações – OFSS.....	9
Quadro A.5.3	Indicadores de Desempenho.....	10
Quadro A.6.1.1	Programação de Despesas.....	12
Quadro A.6.1.2	Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa.....	13
Quadro A.6.1.3	Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa.....	13
Quadro A.6.1.3.1	Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total	14
Quadro A.6.1.3.2	Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - Total	15
Quadro A.6.2	Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores.....	16
Quadro A.7.1.1	Força de Trabalho da UJ.....	17
Quadro A.7.1.2	Distribuição da Lotação Efetiva.....	17
Quadro A.7.1.3	Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ.....	17
Quadro A.10.2	Declaração do Contador Afirmativa da Fidedignidade das Demonstrações Contábeis.....	22

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	1
2	IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UJ CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO	2
1.1	Identificação da Unidade Jurisdicionada.....	2
1.2	Finalidade e competências Institucionais da Unidade.....	2
1.2.1	Finalidade	2
1.2.2	Competência Institucional.....	3
3	INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA	4
3.1	Estrutura de Governança.....	4
3.2	Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos.....	4
4	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	5
4.1	Avaliação do desempenho da Unidade Jurisdicionada.....	6
4.2	Medidas relativas à acessibilidade.....	6
5	PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS	7
5.1	Planejamento da Unidade.....	7
5.2	Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados.....	8
5.2.1	Objetivo.....	8
5.2.1.1	Análise situacional.....	8
5.2.2	Ações.....	9
5.2.2.1	Análise situacional.....	9
5.3	Informações sobre gestão dos indicadores de desempenho operacional....	10
5.4	Informações sobre outros resultados da gestão.....	10
6	TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	12
6.1	Programação e Execução das despesas.....	12
6.1.1	Programação das despesas.....	12
6.1.1.1	Análise Crítica.....	12
6.1.2	Movimentação de Créditos Interna e Externa.....	13
6.1.3	Realização da Despesa.....	14
6.1.3.1	Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos Originários – Total.....	14
6.1.3.2	Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Totais.....	15
6.1.3.3	Análise crítica da realização da despesa.....	15
6.2	Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores.....	16
6.2.1	Análise Crítica.....	16
7	GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS	17
7.1	Estrutura de pessoal da Unidade.....	17
7.1.1	Análise Crítica.....	18
7.1.2	Qualificação e capacitação da Força de Trabalho.....	18
7.1.3	Custo de pessoal da UJ.....	18
7.1.4	Irregularidade na área de Pessoal.....	18

7.1.5	Riscos na identificação na gestão de Pessoas.....	19
7.1.6	Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos.....	19
8	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	20
8.1	Gestão da Tecnologia da Informação.....	20
9	ATENDIMENTO DE EXIGÊNCIAS LEGAIS E NORMATIVAS E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE	21
10	INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	22
10.1	Conformidade contábil.....	22
10.2	Declaração do Contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis.....	22
11	OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO	23
12	CONSIDERAÇÕES FINAIS	24

1 INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Gestão aborda a execução física e financeira do FSM que se encontra inserido no Plano Plurianual (PPA), representado no orçamento pela Ação 2872 - Mobilização para o Serviço Militar Obrigatório, pertencente ao Programa 2058 – Política Nacional de Defesa.

Os recursos do FSM alocados ao DEADI e aos Comandos das Forças (Marinha; Exército e Aeronáutica) destinaram-se a cumprir o previsto no Plano Geral de Convocação (PGC) de 2015, Portaria Normativa nº 25/MD, de 9 de janeiro de 2014, biênio 2014/2015, bem como cumprir as diretrizes contidas no Plano de Gestão de 2014, da SESMIL.

No exercício, as seguintes atividades constantes do planejamento foram realizadas: acompanhamento das atividades em execução referentes ao Plano Geral de Convocação 2015; elaboração do Plano Geral de Convocação de 2016 e do Caderno de Atividades de 2015; análise de projetos-de-lei com implicações na LSM e RLSM; realização de campanhas publicitárias do SM; administração do FSM, incluindo a arrecadação das multas e da taxa militar; acompanhamento do processo de aumento do valor da taxa militar; promoção de 1 (uma) reunião de coordenação; realização de 05 (cinco) visitas técnicas de SM e 1 (uma) viagem de estudos (internacional) aos Estados Unidos da América (EUA); prorrogação dos Acordos de Cooperação (AC) do MD com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e a Caixa Econômica Federal.

O congelamento da taxa militar em R\$ 1,38, desde o ano 2000, tem a cada ano reduzido a arrecadação do financeiro, não possibilitando a total utilização dos créditos disponíveis na LOA.

A imposição de limites no uso de recursos do FSM em concessões de diárias e aquisições de passagens tem gerado restrições na fiscalização e execução das atividades do Sistema de SM.

Como Unidade Jurisdicionada, o FSM apresentará o Relatório de Gestão Individual.

De acordo com o previsto no Anexo II à DN TCU nº 134, de 04 Dez 2013, Conteúdo Geral do Relatório de Gestão, os itens do capítulo 11. Atendimento de demandas de órgão de controle, a seguir relacionados, não foram abordados no presente relatório por não se aplicarem à realidade da UJ no exercício 2014:

11.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU (não houve); e

11.2 Tratamento de Recomendações do OCI (não houve).

1 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UJ CUJA GESTÃO COMPÕE O RELATÓRIO

Com base no Anexo Único da Portaria – TCU nº 90, de 16 Abr 2014, e na Decisão Normativa TCU nº 134, de 04 Dez 2013, serão apresentados no capítulo apenas os itens 1.1 Identificação da UJ e 1.2 Finalidade e competência institucionais da UJ.

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.1.1.1 – IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Defesa			Código SIORG: 041066
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Fundo do Serviço Militar (FSM)			
Denominação Abreviada: FSM			
Código SIORG: 041066 (MD)	Código LOA: 52903		Código SIAFI: 113413
Natureza Jurídica: Fundo		CNPJ: 03566945000163	
Principal Atividade: Defesa			Código CNAE: 8422-1/00 (MD)
Telefones/Fax de contato:	(061) 3312-4280	(061) 3312-4281	(061) 3312-8750
Endereço Eletrônico: sesmil@defesa.gov.br			
Página na Internet: http://www.defesa.gov.br			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco “Q”, Sala 316, Plano Piloto, Brasília – DF, CEP 70049-900 – Brasília – DF.			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 – Lei do Serviço Militar (LSM), que estabelece a natureza, a obrigatoriedade e a duração do Serviço Militar (SM).			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Decreto 57.654, de 20 de janeiro de 1966 – Regulamento da Lei do Serviço Militar (RLSM), que regulamenta as atividades de Serviço Militar.			
Portaria Normativa nº 25-MD, de 9 de janeiro de 2014, que aprova o Plano Geral de Convocação para 2015.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Plano Geral de Convocação (PGC) de 2015			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
110404	Departamento de Administração Interna - DEADI		
772001	Diretoria de Gestão Orçamentária da Marinha - DGOM		
160509	Secretaria de Economia e Finanças - SEF		
120002	Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica - SEFA		
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
00001	Gestão Tesouro		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
113413		00001	
Unidades Orçamentárias Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
54101	Ministério da Defesa		

1.2 Finalidade e Competência Institucionais da Unidade

1.2.1 Finalidade

O Fundo do Serviço Militar, instituído pela Lei nº 4.375, Lei do Serviço Militar (LSM), de 17 de agosto de 1964, em cumprimento ao art 143, da Constituição Federal de 1988, tem a finalidade de prover recursos destinados à mobilização para o Serviço Militar Obrigatório (SMO),

que consiste no alistamento, na seleção e na incorporação ou matrícula da classe convocada, anualmente, pelo Plano Geral de Convocação.

1.2.2 Competência Institucional

O Decreto nº 57.654, de 20 de janeiro de 1966, que regulamenta a LSM, estabelece ao FSM as seguintes atribuições: prover os órgãos de Serviço Militar de meios que melhor lhes permitam cumprir suas finalidades; proporcionar fundos adicionais como reforço às verbas previstas e para socorrer a outras despesas relacionadas com a execução do Serviço Militar; permitir a melhoria das instalações e o provimento de material de instrução para os Órgãos de Formação de Reserva (OFOR) das Forças Armadas, que não disponham de verbas próprias suficientes; e propiciar os recursos materiais para a criação de novos Órgãos de Formação de Reserva.

De acordo com a Estrutura Regimental do Ministério da Defesa (MD), em vigor no exercício de 2014, prevista no Decreto nº 7.794, de 1º de abril de 2013, cabe à Subchefia de Mobilização (SUBMOB) a competência institucional de administrar os recursos do FSM, os quais são provenientes da arrecadação das multas (Fonte 174) e da taxa militar (Fonte 175), previstas na LSM, e dos rendimentos de aplicações financeiras (Fonte 180).

Na mesma Estrutura Regimental compete ao Departamento de Administração Interna (DEADI) a gestão interna da administração central do MD, motivo pelo qual foram repassados recursos referentes à concessão de diárias e aquisição de passagens utilizados pelos integrantes da Subchefia de Mobilização e das Diretorias de Serviço Militar das Forças Armadas.

3 INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA

Serão abordados neste capítulo os itens 3.1 Estrutura de Governança e 3.2 Avaliação do funcionamento dos Controles Internos.

3.1 Estrutura de Governança

A estrutura da UJ (FSM) consiste como titulares: Dirigente Máximo o Subchefe de Mobilização, Ordenador de Despesas o Gerente da Seção de Serviço Militar (SESMIL), Gestor do FSM o Coordenador 2/SESMIL, e Responsável pela Conformidade de Registro de Gestão a encarregada do Apoio Administrativo/SESMIL, todos com os seus respectivos substitutos cadastrados no SIAFI.

Como base na estrutura organizacional prevista no Regimento Interno do EMCFA, a gestão dos recursos orçamentários a si alocados está regulada na Diretriz Complementar (DC) nº 08/EMCFA, de 22 de setembro de 2014, que estabeleceu uma sistemática no processamento dos recursos orçamentários, criando os órgãos a seguir descritos: Assessorias de Supervisão e Acompanhamento de Ações Orçamentárias (ASAO) nas Vice-Chefias; Assessorias de Planejamento, Orçamento e Gestão de Ações (APOGA) nas Subchefias; e Assessorias de Planejamento, Orçamento e Gestão (APOG) no EMCFA. O Fundo do Serviço Militar realiza a gestão dos recursos orçamentários seguindo a sistemática estabelecida pelo EMCFA.

São os seguintes os objetivos previstos na citada Diretriz: tornar o processo de descentralização de recursos orçamentários no âmbito do EMCFA eficiente, eficaz e efetivo, de modo a proporcionar total transparência a todas as instâncias envolvidas no processo; padronizar os procedimentos no que tange à sistemática de processamento de recursos orçamentários destinados ao EMCFA; facilitar as ações de controle interno e externo sobre a execução dos recursos descentralizados.

Detalhando o processo, os Comandos das Forças, por intermédio de suas Diretorias de SM, encaminharam ao MD os Planos de Trabalho contendo o planejamento anual para a execução dos recursos do FSM em 2014. A cada bimestre, as Forças solicitam suas necessidades para o período, tendo como base o respectivo Plano de Trabalho. De acordo com a arrecadação, as Forças foram informadas do valor a ser descentralizado, podendo ser integral ou parcial, a fim de detalharem as naturezas de despesas. De posse das ND, os recursos são descentralizados (orçamentário e financeiro), sendo, posteriormente, exigido o relatório detalhado da aplicação desses recursos. Os órgãos citados na DC nº 8-EMCFA/2014 realizam, nesse processamento, o controle dos recursos descentralizados.

3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					X

9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				X	
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Análise Crítica: o MD mantém uma Comissão de Ética, constituída por intermédio de Portaria Ministerial, possui um Regimento Interno e Normas de Conduta as quais a UJ está submetida. Para o preenchimento do Quadro, reuniram-se o OD e o Gestor do FSM, adotando como metodologia a média dos valores apresentados em cada item, submetendo-os ao Subchefe de Mobilização.					

4 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Serão abordados neste capítulo os itens 4.1 Avaliação do desempenho da UJ, com destaque à elaboração da Carta de Serviço ao Cidadão e às informações prestadas com base na Lei de Acesso à Informação (LAI) e o 4.2 Medidas relativas à acessibilidade aos portadores de necessidades especiais.

4.1 Avaliação do Desempenho da Unidade Jurisdicionada

Encontra-se em fase de elaboração na administração central do Ministério da Defesa a Carta de Serviços ao Cidadão, em atendimento ao Decreto nº 6.932/2009, cuja ausência foi identificada pela Controladoria-Geral da União por ocasião do monitoramento no sítio eletrônico de Internet do MD. O grupo de trabalho criado com a finalidade de elaborar a referida Carta possui em sua composição um representante do Serviço Militar.

A Ouvidoria, vinculada ao Gabinete do Ministro, tem prestado ao cidadão todas as informações solicitadas com base na Lei de Acesso à Informação (LAI), dentre elas àquelas relacionadas ao Serviço Militar.

As contas anuais do Fundo do Serviço Militar encontram-se disponíveis no sítio do Ministério da Defesa, no seguinte endereço: www.defesa.gov.br; Informações Institucionais; Transparências; Situação das Contas Anuais.

4.2 Medidas Relativas à Acessibilidade

Cabe à administração central do Ministério da Defesa a condução das medidas adotadas com vistas ao cumprimento das normas relativas à acessibilidade, em especial a Lei 10.098/2000, o Decreto 5.296/2004 e as normas técnicas da ABNT aplicáveis. A atual sede da UJ, anexa ao Bloco “O” da Esplanada dos Ministérios, encontra-se em fase de revitalização das suas instalações, oportunidade em que estão sendo adotadas medidas visando à acessibilidade dos portadores de necessidades especiais, tais como sanitários especiais e rampas de acesso.

5 PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

Foram abordados neste capítulo os itens 5.1 Planejamento da Unidade, 5.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados, 5.3 Informações sobre outros resultados da gestão e 5.4 Informações sobre indicadores de desempenho operacional. Não foi abordado o item 5.5 Informações sobre custos de produtos e serviços, devido a UJ não dispor de dados para o cálculo do custo de uma pessoa alistada em face da diversidade de fatores diretos e indiretos envolvidos. Não existem, também, dados disponíveis referentes a exercícios anteriores, impossibilitando a avaliação sobre possíveis alterações significativas no custo do produto.

5.1 Planejamento da Unidade

O Fundo do Serviço Militar além da finalidade constante na LSM e no RLSM, destina-se, também a complementar as dotações orçamentárias dos órgãos de Serviço Militar das Forças Armadas, provendo-os de meios que melhor lhes permitam cumprir suas finalidades. Para tanto, além do Plano Geral de Convocação, adotou como instrumento de planejamento institucional o documento intitulado PLANO DE GESTÃO 2014, elaborado pela Gerência da Seção de Serviço Militar, aprovado pela Subchefia de Mobilização. Teve por objetivo apresentar a previsão das atividades de Serviço Militar a serem realizadas pela Seção de Serviço Militar, no exercício de 2014, e a sua inserção no planejamento da Mobilização Nacional.

As seguintes atividades foram planejadas para o exercício de 2014:

- Elaborar o Plano Geral de Convocação de 2016 e o Caderno de Atividades de 2015.
- Realizar a análise dos projetos-de-lei com implicações na LSM e seu Regulamento.
- Promover a divulgação do SM, realizando as campanhas publicitárias.
- Administrar o FSM, promovendo a arrecadação das multas e da taxa militar, realizando os repasses de recursos aos órgãos de serviço militar das Forças Armadas.
- Acompanhar o processo de aumento no valor da taxa militar.
- Realizar as Visitas Técnicas (VT) de SM nas guarnições de Florianópolis - SC, Salvador - BA, Fortaleza - CE, e Porto Alegre - RS.
- Realizar a Viagem de Estudos aos EUA, a fim de conhecer a sistemática de recrutamento adotada naquele país e colher subsídios para o aperfeiçoamento do SM no Brasil.
- Promover duas reuniões de coordenação de SM, no Rio de Janeiro e em Brasília.
- Prorrogar os AC com a Caixa Econômica Federal (CEF) e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) para a arrecadação da taxa militar e das multas.

No tocante à administração do FSM, a Subchefia de Mobilização desenvolve sua competência por intermédio da Seção de Serviço Militar, e com a participação dos órgãos de direção do Serviço Militar das Forças: a DPMM (Marinha), a DSM (Exército) e a DIRAP (Aeronáutica).

Para atingir os objetivos constantes do PGC 2015, as seguintes estratégias de atuação foram desenvolvidas:

a. Na fase do alistamento militar

- melhoria nas condições de funcionamento das JSM;
- informatização de todas as JSM;
- capacitação dos funcionários das Prefeituras Municipais alocados às JSM;
- atualização do aplicativo utilizado no alistamento militar;
- atuar junto aos Presidentes das JSM (Prefeitos Municipais) para a melhoria das condições de funcionamento das Juntas;
- proporcionar aos jovens que se alistam um tratamento digno;
- dar continuidade ao Projeto-Piloto de Pré-alistamento pela internet;
- elaborar Termos Aditivos referentes aos Acordos de Cooperação com a CEF e a ECT;

- aos dispensados do SM, o fornecimento dos documentos comprobatórios (CI/CDI);
- manter o banco de dados atualizado; e
- reduzir o tempo de permanência nas Juntas.

b. Na fase da seleção geral

- melhoria das instalações das comissões de seleção (CS);
- atualização do aplicativo utilizado na seleção geral;
- atualização dos testes aplicados na seleção;
- acompanhamento dos índices de incapacitação física;
- manter o banco de dados atualizado; e
- capacitação dos militares integrantes das CS/CSFA.

c. Na fase da distribuição

- realizar a distribuição dos conscritos conforme as necessidades das Forças apresentadas no Boletim de Necessidades (Bol Nec), priorizando os órgãos de formação da reserva (OFOR), a Marinha, a Aeronáutica e o Exército.

d. Na fase da incorporação

- realizar a incorporação de acordo com o Boletim de Necessidades.

Possíveis riscos identificados no exercício e estratégias adotados:

- a restrição no uso de recursos do FSM (limites) em concessões de diárias e aquisições de passagens tem reduzido a fiscalização exercida pelas 309 Delegacias de Serviço Militar sobre as atividades desenvolvidas pelas 5.326 Juntas de Serviço Militar (JSM) e 60 Comissões de Seleção Volantes (CSV).

- o congelamento do valor da taxa militar em R\$ 1,38, desde o ano 2.000, tem gerado uma arrecadação insuficiente ao crédito orçamentário previsto na LOA. Foi elaborado pelo MD um processo visando à atualização desse valor para R\$ 2,66, que se encontra na Casa Civil-PR.

5.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados

5.2.1 Objetivo

QUADRO A.5.2.1 – OBJETIVO FIXADO PELO PPA

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Elevar o nível de integração das Forças Armadas nos campos da Logística e da Mobilização, por intermédio do desenvolvimento de sistemas, realização de exercícios e aperfeiçoamento de doutrinas, visando à interoperabilidade de meios e ao aprimoramento da Mobilização Nacional.					
Código	0547	Órgão	Ministério da Defesa			
Programa	Política Nacional de Defesa			Código	2058	
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2014	c)Realizada até 2014	d)% Realização (c/a)
1	Alistar 7.198.400 pessoas para o Serviço Militar Obrigatório.	Pessoa alistada	7.198.400	1.712.881	5.972.238	82,96%

Fonte: SIOP (31 Dez 14)

5.2.1.1 Análise situacional

A meta de alistar 7.198.400 pessoas em quatro anos, para o Serviço Militar Obrigatório, corresponde, em média, a alistar 1.799.600 pessoas a cada ano. A meta prevista para 2014 ficou próxima de ser atingida, alcançando-se neste ano o total de 1.712.881 pessoas alistadas, correspondendo ao percentual de 95,18 da meta anual. A quantidade acumulada nos três primeiros anos do PPA (2012/2013/2014) perfaz o total de 5.972.238 pessoas alistadas, correspondendo a

82,96 % da meta prevista para os quatro anos. Da análise exposta e mantida a tendência, estima-se que a meta seja ultrapassada na vigência do PPA.

Não há meta quantitativa regionalizada, nem meta qualitativa para o objetivo fixado no PPA.

5.2.2 Ações

Quadro A.5.2.2 – Ações – OFSS						
Identificação da Ação						
Código	2872			Tipo: Atividade		
Título	Mobilização para o Serviço Militar Obrigatório					
Iniciativa	Aperfeiçoamento e integração dos sistemas de serviço militar das Forças Armadas					
Objetivo	Elevar o nível de integração das Forças Armadas nos campos da Logística e da Mobilização, por intermédio do desenvolvimento de sistemas, realização de exercícios e aperfeiçoamento de doutrinas, visando à interoperabilidade de meios e ao aprimoramento da Mobilização Código: 0547					
Programa	Política Nacional de Defesa		Código: 2058		Tipo:	
Unidade Orçamentária	52903					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
7.756.111,00	7.756.111,00	6.652.359,55	4.030.369,68	3.381.351,50	649.018,18	2.621.989,87
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Alistar 7.198.400 pessoas para o Serviço Militar Obrigatório.			Pessoa alistada	1.799.600	1.799.600	1.712.881
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor cancelado	Descrição da meta	Unidade de medida	de Realizada	
2.343.912,76	2.218.324,80	- 56.900,50	Alistar 1.799.600	Pessoa alistada	1.712.881	

Fonte: SIAFI (31 Dez 14)

5.2.2.1 Análise situacional

No exercício de 2014, referente ao Programa 2058, a dotação orçamentária do FSM foi de R\$ 7.756.111,00, sendo executados no exercício R\$ 6.652.359,55. Embora a arrecadação no exercício tenha alcançado o valor de R\$ 7.776.827,67, em função data imposta (05 Dez 14) como limite para a realização de empenho, não foi possível executar a arrecadação do mês de dezembro de 2014, deixando, assim, de executar todo o recurso previsto na LOA.

Referente ao Programa 0999 – Reserva de Contingência, Ação 0Z00 – Reserva de Contingência Financeira, o FSM foi dotado da emenda 81000103, no valor de R\$ 138.243,00, e da emenda 81000104, no valor de R\$ 99.809,00, totalizando R\$ 238.052,00, valor não executado no exercício.

No tocante a Restos a Pagar inscritos em 2014, os processados no valor de R\$ 649.018,18 e os não processados no valor de R\$ 2.621.989,87, decorrem da necessidade de arrecadação do financeiro nas fontes 174 (multas), 175 (taxa militar) e 180 (aplicações financeiras), que ocorreu ao longo do ano, retardando as descentralizações, e, conseqüentemente, retardando a execução da despesa, gerando RP. No entanto, como as descentralizações são efetuadas com o orçamentário e o financeiro em conjunto, os valores inscritos em RP não geraram impacto no exercício de 2014.

A restrição de diárias e passagens no exercício de 2014 gerou reflexos para o Serviço Militar, nos seguintes aspectos:

- redução na composição das comissões de seleção volantes (CSV) destinadas à seleção de conscritos e de MFDV, em municípios fora de sede, bem como a diminuição do número de dias executados;

- redução no percentual de conscritos e de MFDV a serem submetidos à seleção, quando ocorre o cancelamento de CSV;

- redução na fiscalização dos Delegados Militares nas atividades das JSM e CSV em sua área de jurisdição;

- redução na qualidade do perfil a incorporar, em função da redução do universo a ser submetido à seleção.

- dados estatísticos a serem considerados: 5.326 JSM; 648 CSF (fixas); 74 CSV (volantes); 11 CSV deixaram de ser instauradas (15%); 309 Delegados de SM.

5.3 Informações sobre indicadores de desempenho operacional

O indicador adotado no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) foi utilizado para o acompanhamento do desempenho da gestão FSM, conforme a seguir:

Quadro A.5.3 – Indicadores de Desempenho

Denominação	Índice de Referência (IR)	Índice Previsto (IP)	Índice Observado (IO)	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
IMSMO	124,30%	100%	95,18%	Anual	Número de pessoas alistadas dividido pela meta
IMSMO - Índice de Mobilização para o Serviço Militar Obrigatório IR – 31 de dezembro de 2013 IP – 100% (meta: 1.799.600 pessoas alistadas) IO – 31 de dezembro de 2014				Avaliação	90% a 100% - Excelente; 80% a 89,99% - Muito Bom; 70% a 79,99% - Bom; 50% a 69,99% - Regular; e < 49,99% - Insuficiente.

Comparando-se o Índice de Referência (2013) com o Índice Observado (2014), houve uma redução de 400.245 pessoas alistadas de um ano para o outro. A meta prevista para alistar 1.799.600 pessoas em 2014 ficou próxima de ser atingida, alcançando-se o total de 1.712.881 pessoas alistadas, correspondendo ao percentual de 95,18 da meta anual. Na avaliação, o índice obtido de 95,18% é considerado excelente.

5.4 Informações sobre outros resultados da gestão

As atividades previstas no Plano de Gestão 2014 foram executadas conforme a seguir:

- Descentralização dos recursos orçamentários às Forças de acordo com os limites estabelecidos pelo Departamento de Planejamento, Orçamento e Finanças (DEORF) para o cumprimento das missões dos diversos órgãos de Serviço Militar.

- O FSM realizou as arrecadações das multas e da taxa militar por intermédio das seguintes instituições: Banco do Brasil (BB), Caixa Econômica Federal (CEF) e Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), com as duas últimas firmou um Acordo de Cooperação. Mensalmente essas instituições informaram os valores arrecadados e repassados ao Fundo, os quais foram confrontados com os valores constantes no SIAFI, não sendo constatada alteração.

- Mensalmente, o BB e CEF informaram os rendimentos de aplicações financeiras (Fonte 180) que foram apropriados no SIAFI.

- O FSM custeou a confecção dos impressos de utilização comum às Forças, tais como formulários da taxa militar e multas, certificados militares, PGC e caderno de atividades.

- Nas comunicações referentes às descentralizações do FSM, constaram orientações quanto à aplicação dos recursos destinados à manutenção do Sistema de Serviço Militar atendendo a finalidade prevista no art. 68/LSM. Os gestores do FSM foram orientados quanto: ao pedido das necessidades das Forças; aos valores a serem descentralizados; ao detalhamento necessário (UG, ND, objeto da aplicação); ao Relatório Detalhado da Despesa constando as NE.

- Os seguintes Termos Aditivos, referentes aos Acordos de Cooperação, foram assinados pela SESMIL em 2014:

ECT – 4º Termo Aditivo nº 016 – SESMIL/COLIC/2014, referente ao AC nº 003/DISEMI-COLIC/2009, com vigência de 28 de abril de 2014 a 27 de abril de 2015 (DOU nº 80/2014); e

CEF – 4º Termo Aditivo nº 014 – SESMIL/COLIC/2014, referente ao AC nº 009/DISEMI-COLIC/2010, com vigência de 1º de junho de 2014 a 31 de maio de 2015 (DOU nº 93/2014).

- A 1ª Reunião de Coordenação do SM foi realizada em Brasília-DF, no 1º semestre, e a 2ª Reunião de Coordenação, planejada para o Rio de Janeiro-RJ, no 2º semestre, foi cancelada, por falta de disponibilidade nas agendas dos Diretores de SM das Forças.

6 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Neste capítulo, serão abordados os itens 6.1 Programação e Execução das despesas e 6.2 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores previstos no Anexo II à DN – TCU nº 134, de 4 de dezembro de 2013.

6.1 Programação e Execução das despesas

6.1.1 Programação das despesas

QUADRO A.6.1.1 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS

Unidade Orçamentária :Fundo do Serviço Militar		Código UO: 52903		UGO: 113413	
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Correntes			
		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- ODC	
DOTAÇÃO INICIAL				6.085.335,00	
CRÉDITOS	Suplementares				
	Especiais	Abertos			
		Reabertos			
	Extraordinários	Abertos			
		Reabertos			
Créditos Cancelados					
Outras Operações					
Dotação final 2014 (A)				6.085.335,00	
Dotação final 2013(B)				6.928.020,00	
Variação (A/B-1)*100				- 12,16	
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência
		4 – Investimen- tos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	
DOTAÇÃO INICIAL		1.670.776,00			
CRÉDITOS	Suplementares				
	Especiais	Abertos			
		Reabertos			
	Extraordinários	Abertos			
		Reabertos			
Créditos Cancelados					
Outras Operações					
Dotação final 2014 (A)		1.670.776,00			
Dotação final 2013(B)		1.633.333,00			
Variação (A/B-1)*100		2,29			

Fonte: SIAFI (31 Dez 14)

6.1.1.1 Análise Crítica

As necessidades de crédito do FSM para o exercício de 2014, discriminadas nos Planos de Trabalho de cada Força Armada e do Ministério da Defesa, somam R\$ 9.670.000,00, valor superior à dotação orçamentária de R\$ 7.756.111,00 disponibilizada na LOA. Embora haja um déficit de R\$ 1.913.889, entre as necessidades do Fundo e o montante da LOA, a arrecadação (taxa, multas e rendimentos de aplicações financeiras), em 2014, de R\$ 8.163.523,54, também insuficiente para eliminar o citado déficit. Impactando, ainda, na arrecadação de 2014, está a não utilização dos valores dos meses de novembro (parcial) e dezembro, em função da data limite para realização de empenhos.

Na execução orçamentária e financeira observa-se que em 2014 foi atribuído à UO 52903, em ODC, o montante de R\$ 6.085.335,00, valor menor comparado a 2013, cujo montante foi de R\$ 6.928.020,00, gerando uma variação negativa de 12,16 % de um ano para o outro. Com essa variação negativa em ODC, constatada em 2014, parcela das atividades de SM planejadas deixaram de ser executadas. No tocante a investimentos, o montante atribuído em 2014 foi de R\$

1.670.776,00, valor maior comparado a 2013, cujo montante foi de R\$ 1.633.333,00, gerando uma variação positiva de 2,29 % de um ano para o outro. Com essa variação positiva em investimentos, foi possível reduzir a demanda reprimida em material permanente nos órgãos de SM. No Grupo de Despesas Correntes, houve apenas programação de despesas em ODC, e no grupo de despesa de capital, houve apenas programação de despesas em investimentos.

6.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa

QUADRO A.6.1.2 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INTERNA POR GRUPO DE DESPESA

Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	113413	110404	52.903.05.122.80262872			198.203,35
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebadora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6-Amortização da Dívida
Concedidos						

Fonte: SIAFI (31 Dez 14)

QUADRO A.6.1.3 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA EXTERNA POR GRUPO DE DESPESA

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	113413	772001	52.903.05.122.80262872			606.725,90
		160509				3.438.121,81
		120002				913.000,00
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebadora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6-Amortização da Dívida
Concedidos	113413	772001	52.903.05.122.80262872	166.864,15		
		160509		1.169.000,00		
		120002		252.985,63		

Fonte: SIAFI (31 Dez 14)

6.1.3 Realização da Despesa

6.1.3.1 Despesa por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos Originários - Total

O Fundo do Serviço Militar não executa diretamente despesas. O Departamento de Administração Interna (DEADI/SEORI-MD) e os órgãos de serviço militar dos Comandos Militares realizam despesas com recursos do FSM. A seguir, tem-se as despesas correntes e as de capital, nos anos de 2013 e 2014, distribuídos por elemento de despesa.

Quadro A.6.1.3.1 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total

Unidade Orçamentária: Fundo do Serviço Militar							Código UO: 52903	UGO: 113413	
DESPESAS CORRENTES									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos		
1. Despesas de Pessoal	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	
1º elem de despesa									
2º elem de despesa									
Demais elem grupo									
2. Juros e Encargos da Dívida									
1º elem de despesa									
2º elem de despesa									
Demais elem grupo									
3. ODC									
Outros serviços de terceiros - PJ	2.493.152,19	2.955.954,68	1.563.483,29	2.008.856,75	929.668,90	947.097,93	1.078.433,66	1.965.998,57	
Material de consumo	2.070.585,42	1.935.503,43	1.235.922,14	1.133.277,04	834.663,28	802.226,39	1.116.943,29	1.061.912,20	
Diárias de militar	341.882,88	316.641,32	341.882,88	316.641,32	0,00	0,00	338.796,58	314.391,05	
Demais elementos do grupo	193.986,10	164.787,28	166.792,89	144.455,89	27.193,21	20331,39	163.172,35	142.855,89	
DESPESAS DE CAPITAL									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos		
4. Investimentos	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	
Equip e material permanente	1.552.752,96	1.286.741,69	722.288,48	712.484,64	830.464,48	574.257,05	684.005,62	659.168,03	
2º elem de despesa									
3º elem de despesa									
Demais elem grupo									
5. Inversões Financeiras									
Elemento despesa									
6. Amortização da Dívida									
Elemento despesa									

Fonte: SIAFI

6.1.3.2 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - Totais

Quadro A.6.1.3.2 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - Total

Unidade Orçamentária: Fundo do Serviço Militar		Código UO: 52903		UGO: 113413	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga		
	2014	2013	2014	2013	
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	2.729.655,55	2.968.831,78	2.167.224,02	2.717.443,57	
a) Convite	14.165,07		0,00		
b) Tomada de Preços	0,00	38.787,28	0,00	38.787,28	
c) Concorrência	0,00	17.514,61	0,00	17.514,61	
d) Pregão	2.715.490,48	2.912.529,89	2.167.224,02	2.661.141,68	
e) Concurso					
f) Consulta					
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas					
2. Contratações Diretas (h+i)	922.920,91	979.553,77	839.420,56	961.802,35	
h) Dispensa	907.819,09	941.201,46	825.518,74	923.450,04	
i) Inexigibilidade	15.101,82	38.352,31	13.901,82	38.352,31	
3. Regime de Execução Especial	20.763,45	32.848,57	20.763,45	32.848,57	
j) Suprimento de Fundos	20.763,45	32.848,57	20.763,45	32.848,57	
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	354.282,83	329.311,32	351.196,95	327.061,05	
k) Pagamento em Folha					
l) Diárias	354.282,83	329.311,32	351.196,95	327.061,05	
5. Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	
6. Total (1+2+3+4+5)	4.027.622,85	4.310.545,40	3.378.604,98	4.039.155,54	

Fonte: SIAFI

6.1.3.3 Análise crítica da realização da despesa

O Fundo do Serviço Militar não realiza diretamente a despesa, porém repassa os recursos disponibilizados na LOA para as seguintes Unidades Orçamentárias, que por sua vez planejam e executam a despesa: no Ministério da Defesa para o Departamento de Administração Interna (DEADI-52101), e para os Comandos das Forças, por intermédio dos seguintes órgãos: na Marinha para a Diretoria de Gestão Orçamentária da Marinha (DGOM-52131); no Exército para a Secretaria de Economia e Finanças (SEF-52121); na Aeronáutica para a Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica (SEFA-52111).

No exercício de 2014, a LOA dotou o FSM dos seguintes valores: R\$ 6.085.335,00 (em despesas correntes) e R\$ 1.670.776,00 (em despesas de capital). No âmbito do MD, não foi imposto, no exercício, nenhum contingenciamento ao Fundo.

Para a obtenção do financeiro, o FSM depende da arrecadação de taxa e multas militares e rendimentos de aplicações financeiras, previstas na LSM. As Fontes utilizadas são: 174, 175 e 180. Para o cálculo das multas, toma-se por base o valor da taxa militar R\$ 1,38, congelado desde o ano 2000. Em consequência do baixo valor da taxa militar, a arrecadação anual do financeiro tem apresentado redução.

A seguir, estão demonstrados os recursos do Fundo repassados ao DEADI e às Forças, em 2014. Os percentuais adotados foram proporcionais às atividades desenvolvidas pelas Forças visando a seleção dos efetivos a incorporar:

RECURSOS REPASSADOS EM 2014			
UG FAVORECIDAS		VALORES	PERCENTUAIS
DEADI	110404	198.203,35	2,55 %
MARINHA	772001	773.590,05	9,97 %
EXÉRCITO	160509	4.607.121,81	59,40 %
AERONÁUTICA	120002	1.165.985,63	15,04 %
Crédito não descentralizado		1.011.210,16	13,04 %
Recursos contingenciados		0,00	0,00 %

LOA	7.756.111,00	100,00 %
------------	---------------------	-----------------

No tocante aos limites financeiros mensais impostos no cronograma anual de desembolso do FSM, não houve impacto na execução financeira do Fundo.

Referente à movimentação interna, ao DEADI foram repassados recursos R\$ 198.203,35 para a aquisição de passagens e concessão de diárias, feitas por intermédio do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP), do governo federal. As movimentações externas foram direcionadas aos Comandos das Forças, que repassaram às suas Diretorias de Serviço Militar (DPMM, DSM e DIRAP), totalizando R\$ 6.391.922,02.

O indicador institucional adotado na Ação 2872 refere-se ao número de pessoas alistadas. A previsão inicial constante da LOA 2014 foi de 1.799.600 jovens alistados, sendo alcançada 95,18 % da meta anual. Não há indicadores estabelecidos para medir o desempenho orçamentário e financeiro.

6.2 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro A.6.2 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	2.343.912,76	2.150.317,15	-55.701,48	137.894,13
2012	90.748,63	73.159,74	-17.588,89	0,00
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	271.389,90	264.462,14	-0,67	6.927,09
2012	7.119,20	6.563,40		555,80

Fonte: SIAFI (31 Dez 14)

6.2.1 Análise Crítica

O FSM, por ter o financeiro atrelado à arrecadação das Fontes 174, 175 e 180, adotou a estratégia de realizar a descentralização de créditos aos Comandos das Forças seguida da programação financeira, de maneira que a inscrição em RP tem o seu pagamento executado a cargo da Força que realizou a despesa. Assim, não se identificou impactos na gestão financeira do exercício de referência decorrente de pagamentos de RP realizados.

O montante de recursos inscritos em RP decorre: da arrecadação insuficiente do financeiro, gerando a adoção da estratégia da descentralização casada (orçamentário + financeiro); descentralização de recursos da fonte 180 (aplicações financeiras) apenas nos meses de setembro e novembro, em função da queda na arrecadação de taxas e multa; pouco tempo disponível para a liquidação e pagamento dos empenho emitidos.

Pelo Quadro A.6.2, observa-se que houve permanência de RP Processados e Não Processados por mais de um exercício financeiro, ambos referentes a 2012, restando a pagar, R\$ 555,80 de RP Processado e nenhum saldo a pagar de RP Não Processado.

Quanto ao registro no SIAFI de RP de exercícios anteriores sem que sua vigência tenha sido prorrogada por decreto, não houve o registro desse evento.

7 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

Neste capítulo, será abordado o item 7.1 Estrutura de pessoal da Unidade, com os subitens previstos no Anexo II à DN – TCU nº 134, de 4 de dezembro de 2013. Não foram apresentadas as informações sobre despesas com pessoal e sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento, em função da UJ não realizar despesas com pagamento de pessoal.

7.1 Estrutura de pessoal da Unidade

QUADRO A.7.1.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	7	5	2	1
1.1. Membros de poder e agentes políticos	Não há			
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	7	7	2	1
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	2	2		
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há			
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	Não há			
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	5	5	2	1
2. Servidores com Contratos Temporários	Não há			
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	Não há			
4. Total de Servidores (1+2+3)	7	5	2	1

Fonte: Gerência de Pessoal do MD

QUADRO A.7.1.2 – DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	3	4
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	3	4
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão		2
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado		
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório		
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	3	2
2. Servidores com Contratos Temporários		
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública		
4. Total de Servidores (1+2+3)	3	4

Fonte: Gerência de Pessoal do MD

QUADRO A.7.1.3 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		

1. Cargos em Comissão	7	7	2	1
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior				
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	2	2		
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	5	5	2	1
1.2.4. Sem Vínculo				
1.2.5. Aposentados				
2. Funções Gratificadas				
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão				
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas				
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	7	7	2	1

Fonte: Gerência de Pessoal do MD

7.1.1 Análise Crítica

Como se pode observar no Quadro A 7.1.1, a Força de Trabalho da UJ é composta de 2 (dois) servidores de carreira vinculados ao Ministério da Defesa, órgão que administra o FSM, e 5 (cinco) servidores (militares) das Forças Armadas agregados ao MD. Os cargos da UJ são os seguintes: dirigente máximo, ordenador de despesas, gestor financeiro e responsável pela conformidade de registro de gestão, todos com o titular e o substituto. Na avaliação da força de trabalho, os 7 (sete) servidores atendem aos 4 (quatro) cargos da UJ, sendo o OD (titular), também o dirigente máximo (substituto). No exercício de 2014, não ocorreu nenhum caso de reversão à Força ou de aposentadoria de servidor, que gerassem impacto na Força de Trabalho. Os eventuais afastamentos dos titulares ocorram por férias ou viagens a serviço do Ministério, respondendo pelo cargo os respectivos substitutos.

7.1.2 Qualificação e capacitação da Força de Trabalho

Quanto à escolaridade da Força de Trabalho, os 7 (sete) servidores possuem nível superior. O MD, em 2014, ofereceu diversos cursos visando elevar a capacitação dos seus servidores. Realizam cursos em 2014: de Sistema de Gerenciamento Eletrônico de Documentos (SGED) e informática (Excel) - 1 (um) servidor; de responsabilidade perante o TCU – 1 (um) servidor.

7.1.3 Custo de pessoal da UJ

A UJ (FSM) não realiza despesas com pagamento de pessoal. Os servidores são remunerados conforme a seguir discriminado: Ministério da Defesa – 2 (dois) servidores; Exército Brasileiro – 3 (três) servidores; Marinha do Brasil – 1 (um) servidor; e Aeronáutica – 1 (um) servidor. Os 5 (cinco) servidores militares recebem do MD as seguintes gratificações: OFICIAIS – gratificação de representação por exercício de cargo de confiança; PRAÇAS - gratificação de representação por exercício de função.

7.1.4 Irregularidade na área de Pessoal

Não foram identificadas irregularidades na área de pessoal.

7.1.5 Riscos na identificação na gestão de Pessoas

São os seguintes os riscos identificados: aposentadoria de 1 (um) servidor de carreira que já possui 32 anos de serviço; reversão ao Exército Brasileiro de um servidor militar. Gerarão impactos na Força de Trabalho, com demora no preenchimento dos claros.

7.1.6 Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

A UJ não dispõe de indicadores desenvolvidos para a área de pessoal. Tais indicadores serão desenvolvidos para o exercício de 2015.

8 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Neste capítulo, foi abordado o item 8.1 Gestão da Tecnologia da Informação, cujo sistema adotado pela UJ foi desenvolvido pelo Comando do Exército e atualmente encontra-se sediado no Centro de Desenvolvimento de Sistemas do Exército, Brasília-DF.

8.1 Gestão da Tecnologia da Informação

O SISTEMA ELETRÔNICO DE RECRUTAMENTO MILITAR E MOBILIZAÇÃO (SERMILMOB) é constituído pelo sistema operacional JAVA e pelo banco de dados ORACLE/DATA BASE 10 g, e destina-se ao registro dos dados de alistamento, seleção e incorporação ou matrícula dos conscritos (cidadãos) das classes convocadas ao Serviço Militar Obrigatório, bem como o registro dos reservistas disponíveis à mobilização.

O Sistema é utilizado pelo Ministério da Defesa e pelas Forças Singulares (Marinha, Exército e Aeronáutica), para consultas e inserção de dados.

O SERMILMOB, devido às crescentes demandas, necessita ser atualizado para permitir a integração a outros sistemas, ao alistamento pela internet, a consultas pela sociedade e emissão de certificados. Para isso, há previsão de adquirir um novo servidor em 2015, com recursos do FSM, em substituição ao que se encontra em uso.

9 ATENDIMENTO DE EXIGÊNCIAS LEGAIS E NORMATIVAS E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

De acordo com o previsto no Anexo II à DN TCU nº 134, de 04 Dez 2013, Conteúdo Geral do Relatório de Gestão, os itens do capítulo 11. Atendimento de demandas de órgão de controle, a seguir relacionados, não foram abordados no presente relatório por não se aplicarem à realidade da UJ no exercício 2014:

11.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU; e

11.2 Tratamento de Recomendações do OCI.

10 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

No presente capítulo, foram abordados os itens 9.1 Conformidade Contábil e 9.2 Declaração do Contador. Deixaram de ser abordados os itens referentes às demonstrações contábeis e o relatório do auditor independente, pela não contratação desse serviço.

10.1 Conformidade contábil

A Conformidade Contábil consiste na certificação dos demonstrativos contábeis gerados pelo Siafi. É o procedimento no qual a Setorial Contábil registra a ausência ou incidência de ocorrências durante o período em análise.

Essa certificação tem como base os princípios e normas contábeis aplicáveis ao setor público, o Plano de Contas da União, a Conformidade de Registro de Gestão, o Manual Siafi e outros instrumentos que subsidiam o levantamento das ocorrências contábeis. Os instrumentos utilizados para o levantamento das ocorrências contábeis constituem em verificações realizadas no Siafi, por meio de transações específicas que auxiliam na identificação de inconsistências que porventura existam.

No âmbito do Ministério da Defesa, a Divisão de Contabilidade é a área de gestão interna que atua como órgão Setorial Contábil de Unidade Gestora; Setorial Contábil de Órgão; e Setorial Contábil de Órgão Superior. Sua função é acompanhar e orientar as unidades gestoras na regularização das ocorrências contábeis para que essas sejam efetuadas dentro dos prazos estabelecidos de forma a evitar a reincidência das mesmas; assim como prevenir o aparecimento de outras inconsistências no encerramento de cada exercício financeiro, como saldos irrisórios ou residuais, informando ao controle interno as providências não adotadas para o saneamento das ocorrências ou inconsistências apontadas.

A unidade gestora 113413 – Fundo do Serviço Militar, é responsável pelos registros da execução orçamentária e financeira do Fundo. Em 2014 a Divisão de Contabilidade do Ministério da Defesa acompanhou a execução do Fundo e promoveu os registros referente à Conformidade Contábil de unidade. Durante todo o exercício, a unidade não apresentou Restrição Contábil em sua execução, com exceção do mês de dezembro que consta a restrição 315 – Falta/Restrição Conformidade de Registro de Gestão.

10.2 Declaração do Contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis

QUADRO A.10.2 - DECLARAÇÃO DO CONTADOR AFIRMATIVA DA FIDEDIGNIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
FUNDO DO SERVIÇO MILITAR			113413
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, relativos ao exercício de 2014, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.			
Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília-DF	Data	04/03/2015
Contador Responsável	Noemia Silva Monteiro	CRC nº	009784/0-9-DF

11 OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ

Atendendo recomendações do controle interno, foi aprovada a Portaria Normativa nº 3.011/MD, de 18 de novembro de 2014, que dispõe sobre a gestão dos recursos do Fundo do Serviço Militar. Anexa à referida Portaria, consta o modelo de plano de trabalho a ser adotado a partir do exercício de 2015. Assim, o FSM espera melhorar a gestão dos recursos orçamentários a si alocados.

Em relação à restrição contábil nº 315, citada pela Contadora, refere-se a 4 (quatro) notas de lançamento, emitidas em 30 de dezembro de 2014, apropriação de receita oriundas da aplicação em fundos de investimento do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. Por ocasião da conformidade de registro de gestão, o Siafi não exibiu os citados documentos, impossibilitando de visualizá-los e registrar a conformidade no prazo de 72 horas. O problema foi informado à setorial contábil do MD, sendo o fato constatado pelo referido setor.

12 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A meta prevista de 1.799.600 pessoas alistadas em 2014 ficou próxima de ser atingida, alcançando-se neste ano o total de 1.712.881 pessoas alistadas, correspondendo ao percentual de 95,18 da meta anual.

No tocante à meta do PPA 2012/2015, de alistar, em quatro anos, 7.198.400 pessoas para o Serviço Militar Obrigatório, nos três primeiros anos do PPA (2012/2013/2014) perfaz o total de 5.972.238 pessoas alistadas, correspondendo a 82,96 % da meta prevista para os quatro anos. Da análise exposta e mantida a tendência, estima-se que a meta seja ultrapassada na vigência do PPA.

O congelamento da Taxa Militar em R\$ 1,38, desde o ano 2000, tem a cada ano reduzido a arrecadação do financeiro nas Fontes 174 e 175.

Observou-se em 2014 uma redução do número de pessoas alistadas se comparado aos anos de 2012 e 2013, superiores a 2 milhões, impactando na arrecadação financeira anual.

As limitações impostas na concessão de diárias e aquisição de passagens tem gerado restrições nas atividades do Serviço Militar, particularmente na fiscalização das 5.326 Juntas de Serviço Militar e na constituição das comissões volantes.

A aprovação do Plano de Trabalho, Portaria Normativa nº 3.011/MD, permitirá que se exerça, em melhores condições, o controle interno da unidade.

Do exposto, mesmo com as limitações descritas, o Fundo do Serviço Militar aproximou-se da meta prevista para o exercício de 2014 e visualiza cumprir, em 2015, a meta prevista no PPA.

Brasília, de maio de 2015

ANTONIO PAULO MACIEL – Cel
Ordenador de Despesas do Fundo do Serviço Militar

ANEXOS E APÊNDICES

Referente ao Relatório de Gestão do FSM, não há anexos e apêndices a serem apresentados.